

***Concessionária de Rodovias do  
Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.  
(Companhia Aberta)***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2012 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como, sumário dos trabalhos que a CCR ViaOeste vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente, demais públicos interessados e da superação dos limites de qualidade dos serviços prestados.

## 1 Mensagem à Sociedade

A CCR ViaOeste, empresa constituída em 1998, passou a integrar o Grupo CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias a partir do ano de 2005. A CCR ViaOeste administra 168,62 quilômetros de rodovias por onde trafegam diariamente mais de 600 mil veículos. O Sistema Castello-Raposo integra as rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, Sen. José Ermírio de Moraes (Castelinho), além da rodovia Dr. Celso Charuri, beneficiando mais de 2,5 milhões de habitantes que utilizam o Sistema mensalmente. Essas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e o oeste paulista. Adquirida em março de 2005, a CCR ViaOeste foi a sexta empresa a se incorporar ao Grupo CCR.

A CCR ViaOeste opera o sistema rodoviário concedido pelo Governo do Estado de São Paulo durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários.

A CCR ViaOeste desenvolve também programas sociais, culturais, ambientais e esportivos, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e comunidades das cidades cortadas pelo Sistema Castello-Raposo. São projetos de educação para o trânsito, de qualidade de vida para os caminhoneiros e tantos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida. A Companhia também acredita e incentiva o esporte como fator de inclusão social, beneficiando diretamente moradores dos municípios localizados no entorno de suas rodovias. A CCR ViaOeste busca ainda, atuar diretamente nas áreas de maior carência cultural, levando produções brasileiras de qualidade para todas as regiões de sua abrangência, por meio de projetos circenses, cinema e teatro.

## 2 Dados Econômicos

### Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq<sup>1</sup>

Em unid. <sup>2</sup>	2012	2011	Var.%
Veículos Equivalentes	116.457.051	114.728.714	1,5
Veículos Leves (Eq)	64.738.989	62.508.782	3,6
Veículos Pesados (Eq)	51.718.062	52.219.932	-1,0

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

#### *Tráfego Consolidado (+1,5%)*

O tráfego equivalente na CCR ViaOeste registrou crescimento de 1,5% em relação a 2011. O fluxo de veículos com destino ao município de Sorocaba foi 5,1% maior que o ano anterior, evidenciando a força da região e o desenvolvimento observado nos últimos anos.

A Rodovia Raposo Tavares registrou acréscimo de 4,3% no tráfego, com destaque para a movimentação de passeio em feriados prolongados. Na Castello Branco, os efeitos da retração econômica foram mais evidentes, resultando em um acréscimo na ordem de 0,8%.

#### *Veículos de Passeio (+3,6%)*

Em 2012 houve um acréscimo de 3,6% no tráfego de veículos de passeio, em relação ao ano de 2011, com destaque para a movimentação de longa distância, tanto na Rodovia Raposo Tavares (+4,3%) como na Rodovia Castello Branco (+3,0%) e Castelinho (+7,8%). As praças de Barueri e Osasco, que têm como característica o tráfego urbano, apresentaram aumento de 1,8% em comparação a 2011.

#### *Veículos Comerciais (-1,0%)*

O tráfego de veículos comerciais apresentou em 2012 um decréscimo de 1,0% sobre o ano anterior, efeito da retração econômica que impactou a produção industrial (-2,6% até nov/12 - primeiro ano de recuo desde 2009), em especial a produção automotiva e de bens de capital. Verificou-se também, queda na movimentação de açúcar (-4,19%) e de adubos e fertilizantes (-8,74%). O resultado ainda foi afetado pela restrição de caminhões na Marginal Tietê em São Paulo, que gerou uma redução de 1,08%, comparado a 2011.

#### *Receita Bruta*

<b>Receita Bruta [R\$ mil]</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Var.%</b>
Receitas de Pedágio	807.723	746.840	8,2
Receitas Acessórias	11.644	9.233	26,1
<b>Receita Operacional Bruta Total</b>	<b>819.367</b>	<b>756.073</b>	<b>8,4</b>
Receitas de Contratos de Construção	28.575	83.970	-66,0
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>847.942</b>	<b>840.043</b>	<b>0,9</b>

#### *Receita Operacional Líquida*

A Receita Operacional Líquida cresceu 8,4% em 2012 quando comparado ao ano de 2011, atingindo o valor de R\$ 748,7 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema, bem como pelo reajuste das tarifas básicas de pedágio.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram em 8,6%, alcançando o valor de R\$ 70,7 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 8,4% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as receitas.

#### *Custo dos Serviços Prestados*

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computados com base no benefício econômico da curva de tráfego, limitados ao prazo da concessão;
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os valores variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras;
- Custo com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na rodovia; e
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

#### *Despesas Administrativas*

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

### **3 Reajustes de Tarifa de Pedágio**

Conforme contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou em 4,26%, no mês de julho de 2012, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema, sendo assim, uma variação de -5,51p.p. ao reajuste do ano anterior.

Em dezembro de 2011, em atendimento à solicitação do Poder Concedente, foi assinado o Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 22, que prevê a substituição do IGPM (índice original do Contrato de Concessão) pelo IPCA como índice de reajustes das tarifas de pedágio. Tal substituição está prevista para ocorrer em julho de 2013.

De acordo com o referido TAM, será realizada anualmente a apuração da diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida (com tarifas reajustadas pelo IPCA) e o montante que teria sido recebido considerando o cálculo original (com tarifas reajustadas pelo IGPM), para formalização do desequilíbrio econômico-financeiro.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato poderá ser implementada por meio de alteração do prazo da concessão ou de outra forma definida posteriormente em comum acordo entre as partes.

#### **4 Riscos de Mercado**

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por outros fatores econômicos, tais como:

- Taxa de inflação;
- IGP-M, relativo a reajustes contratuais;
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME;
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

#### **5 Projetos Sociais**

O relacionamento da CCR ViaOeste com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios limieiros, com reflexo direto em seus habitantes.

Os projetos que mais se destacaram em 2012, foram:

#### *Projeto Estrada para a Saúde*

O Programa Estrada para a Saúde é um Centro de Atendimento ao Caminhoneiro que funciona diariamente. Instalado na área de descanso do km 57 da Rodovia Castello Branco oferece, gratuitamente, exames para classificação de tipo sanguíneo e fator Rh, verificação de glicemia, colesterol, triglicérides e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros e cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética. Além disso, o local oferece uma área de descanso aos motoristas, com lavanderia, chuveiros, e um amplo estacionamento para 50 carretas, com infraestrutura para atender cargas frigoríficas.

Realizado desde novembro de 2002, o programa rendeu à CCR ViaOeste em 2003, o prêmio Top Social da ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil). Em 2012 foram atendidos 4.567 caminhoneiros, totalizando 13.700 atendimentos desde sua implantação.

#### *Projeto Estrada para Cidadania*

Iniciado em 2007, o Programa Estrada para a Cidadania consiste em um conjunto de ações de caráter educacional que visa levar informações sobre segurança de trânsito, cidadania e meio ambiente, aos alunos das 4ª e 5ª séries das redes públicas municipais de ensino fundamental. Conta com a parceria das Prefeituras Municipais, através das Secretarias de Educação e Trânsito, além da Polícia Militar Rodoviária.

A ação foi idealizada com o foco voltado para o ser humano, visando à valorização a criança, como um importante multiplicador para uma maior consciência e mudança de comportamento com vistas a um trânsito seguro e a preservação ambiental.

#### *Cine Tela Brasil*

O Cine Tela Brasil é uma sala de cinema itinerante, que exhibe filmes nacionais, com o objetivo de levar cultura, gratuitamente, às pessoas que não tem acesso às salas de cinema convencionais. O Projeto ainda conta com a promoção de oficinas e workshops nas escolas, onde os alunos são selecionados para aprender sobre o universo audiovisual, com aulas de produção de vídeo, roteiro, direção e edição de filmes.

#### *Projeto Karatekinha do Brasil*

Projeto que oferece aulas de caratê para crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contraturno escolar. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino. Aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) são oferecidos aos participantes a partir de avaliações do desempenho escolar e do comportamento e participação em casa e nas aulas oferecidas pela associação.

#### *SOS Planeta*

O Projeto oferece às crianças de classes C e D, acesso a bens culturais com atividades de brinquedoteca, apresentação de filmes, leitura e teatro com foco em Educação Ambiental.

### *Projeto Buzum - Teatro sobre Rodas*

O projeto BUZUM é a circulação do espetáculo Darwin BR, da CIA Pia Fraus, dentro de um ônibus adaptado para um MINI TEATRO de bonecos. Este teatro itinerante conta com toda a estrutura necessária para um espetáculo e é apresentado em frente às escolas públicas.

### *Teatro de Mãos Dadas*

Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa, mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras, Secretarias de Cultura e Educação, das cidades do entorno das rodovias.

### *Campanhas*

Contribuição social para com as comunidades onde atua - por meio da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo das rodovias administradas pela Concessionária CCR ViaOeste.

### *Ações realizadas em 2012*

Páscoa: doação de ovos de páscoa aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 4.140 ovos distribuídos a 13 Instituições. Arrecadação em campanha interna da empresa.

Doação de Agasalhos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, em atendimento a meta da ARTESP, totalizando 13.110 peças distribuídas a 23 Instituições. Arrecadação em campanha interna da empresa.

Dia da criança: doação de brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 2.510 brinquedos distribuídos a 12 Instituições. Arrecadação em campanha interna da empresa

Natal: doação de brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 3.380 brinquedos distribuídos a 15 Instituições. Arrecadação em campanha interna da empresa.

## **6 Recursos Humanos/Geração de Empregos**

Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão de obra regional, a CCR ViaOeste tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras ao Sistema Castello-Raposo.

Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 783 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios ao entorno das rodovias sob sua administração.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a CCR ViaOeste investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

## *Pessoal*

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, tínhamos respectivamente 874, 834 e 783 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

<b>Categoria</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Administração	113	104	120
Manutenção	48	55	74
Operação	622	675	680
<b>TOTAL</b>	<b>783</b>	<b>834</b>	<b>874</b>

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2011/2012 foi de 5,0%. O salário normativo da categoria é de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL (Contribuição definida), administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR ViaOeste relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

### *Treinamento e Desenvolvimento Profissional*

Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como: Programa de Desenvolvimento de Líderes - Formação de multiplicadores com a implantação do Programa de Sustentabilidade, cujo objetivo é a disseminação dos trabalhos de sustentabilidade do Grupo CCR; Programa de Treinamento Gestão Participativa, que visa proporcionar aos colaboradores uma visão ampliada do negócio e a disseminação das metas pactuadas para o ano; Semana Interna do Trânsito com o intuito de divulgar conceitos de direção defensiva e noções de mecânica para mulheres; além da participação no processo de avaliação de competência, proporcionando aos colaboradores um plano de desenvolvimento individual. Neste ano, as ações de T&D somaram 18.219 horas de treinamento.

### *Programa Qualidade de Vida no Trabalho*

Programa que visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho mais saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções.



Os programas aplicados em 2012 foram:

- Massoterapia no Ambiente de Trabalho: realizado nos postos de trabalho, duas vezes por semana, na sede administrativa e uma vez por semana nas praças de pedágio.
- GAT - Ginástica no Ambiente do Trabalho: realizado nos postos de trabalho duas vezes por semana, preparando os colaboradores para o início de suas atividades com a ginástica preparatória. Ao final do turno de trabalho é promovido o relaxamento por meio da ginástica compensatória.
- PROCOFI - Programa de Condicionamento Físico: implantação de oito mini academias em postos de trabalho da interação com o cliente, visando melhorar o condicionamento físico de profissionais que atuam no socorro médico e mecânico. O treino é preparado e acompanhado por um Educador Físico e os colaboradores realizam os exercícios durante sua jornada de trabalho.
- Programa Coração Saudável: exames clínicos destinados a 100% de nossos colaboradores no ano de 2012, que permitiram identificar grupos de risco, os quais foram tratados de forma individualizada, através de acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis.
- II Semana da Saúde: programa destinado a 100% dos colaboradores através de atividades temáticas relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas. Foram disponibilizados os seguintes serviços: corte e escova de cabelo, manicure, design de sobrancelhas, teste de estresse, avaliação oftalmológica, massagem, vacina antigripal, limpeza de pele, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas.
- Programa Estrada para o Futuro: inclusão e capacitação de 16 jovens aprendizes ao longo de 2012.
- Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE): manutenção, inclusão e desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho.
- Programa de Orientação às Gestantes: o programa atendeu 13 gestantes, todas colaboradoras da CCR ViaOeste. As futuras mães receberam orientações psicológicas e sociais, além de informações relacionadas à correta alimentação, para ela e o bebê.

## **7 Desenvolvimento Regional**

### *ISSQN repassado aos municípios*

Em 2012, a CCR ViaOeste recolheu aproximadamente R\$ 40,9 milhões em ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza aos cofres dos municípios que fazem parte do Sistema que administra: Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Itapevi, Itu, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo, São Roque, Sorocaba, Vargem Grande Paulista e Votorantim que, juntos, somam mais de 2,5 milhões de habitantes, proporcionando a possibilidade de mais empregos, melhores salários, segurança e desenvolvimento econômico e social.

O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR ViaOeste a esses municípios nos últimos dez anos:



## 8 Meio Ambiente

A preservação ambiental tem sido uma das preocupações da CCR ViaOeste, que realiza plantio de mudas em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas - que sofrem intervenções das obras - por mudas plantadas no entorno das rodovias ou em locais apropriados e preservados.

Também são realizados projetos voltados para a conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente. As principais atividades realizadas durante o ano de 2012 foram:

- Programa de Controle Ambiental: programa que estabelece as diretrizes e assegura o cumprimento das especificações técnicas e das normas ambientais durante as obras de implantação da rodovia, a fim de garantir as condições ambientais adequadas nas áreas de entorno. Esses cuidados continuam nas fases de conservação e operação, definindo as competências e responsabilidades na gestão ambiental do empreendimento.

O Programa de Controle Ambiental objetiva instaurar um processo de análise de todas as atividades e processos operacionais desenvolvidos na rodovia, definindo, de maneira sistemática, uma estratégia de mitigação das consequências dos impactos ambientais, sociais, bem como os riscos à saúde ocupacional e segurança do trabalho, identificados na operação da CCR ViaOeste. Além disso, o programa considera atividades realizadas em condições normais e anormais de operação, bem como condições de emergência e aspectos ambientais das atividades.

- Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Reflorestamento: esse Projeto tem por objetivo a recuperação de áreas degradadas, conscientização da comunidade no que tange às questões de preservação do meio ambiente e reflorestamento das matas ciliares. As ações desenvolvidas nos Projetos de Compensação Ambiental resultaram no plantio de 12.285 mudas.

- **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos:** o principal objetivo deste plano é estabelecer um tratamento ambientalmente adequado e seguro aos resíduos sólidos perigosos e não-perigosos, gerados nas atividades de operação das rodovias, de forma consciente e eficiente, visando o atendimento à legislação ambiental aplicável, a proteção de nossos colaboradores e a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

No ano de 2012, iniciamos a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS seguindo as diretrizes corporativas e o plano de ação até 2014 para implantação completa do programa, bem como, o tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos, de todas as nossas atividades operacionais. Tudo dentro de um programa que considera as práticas de redução, reaproveitamento, reciclagem, destinação para aterros sanitários especializados.

- **Elaboração do Sistema de Gestão Ambiental, Saúde Ocupacional e Segurança - SGASS:** o SGASS demonstra as nossas responsabilidades através de programas e ações que colaboram com o desenvolvimento econômico, qualidade de vida, conservação ambiental, segurança e saúde, atendendo as necessidades presentes e futuras. Durante o ano de 2012 implantamos e elaboramos os programas de segurança e saúde, e meio ambiente.
- **Criação do Comitê de Sustentabilidade:** o Comitê de Sustentabilidade da CCR ViaOeste, tem como missão desdobrar diretrizes corporativas em planos de ação de sustentabilidade e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa.
- **Área específica para o desenvolvimento das atividades de Sustentabilidade:** pensando na melhoria continua dos processos, a CCR ViaOeste criou em 2011 uma nova área responsável por implantar e aplicar práticas de sustentabilidade como parte estratégica em projetos e atividades; estruturar e viabilizar ações de sustentabilidade a partir de processos implantados nas atividades de operação das rodovias atendendo suas obrigações contratuais, legais e seus clientes internos e externos; implantar melhorias e eliminar riscos com foco nas principais externalidades; buscar o equilíbrio entre os três pilares da Sustentabilidade - Ambiental, Social e Econômico.

## **9 Segurança Viária**

A CCR ViaOeste atua, não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários e às comunidades lindeiras. Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes do Sistema Castello-Raposo. Em 1998, primeiro ano de concessão, houve registro de 96 óbitos, sendo que em 2012 foram 55, ou seja, uma redução de 43%.

Dentre as ações desenvolvidas em 2012 na área de segurança no trânsito, destacam-se:

- **Zero Álcool:** programa desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e o Instituto de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com o objetivo de reduzir o número de acidentes no Sistema Castello-Raposo que tenham como causa a associação de álcool e direção, por intermédio de duas frentes de atuação:
- **Ações coercitivas:** identificação e notificação de condutores embriagados por meio de parceria com a Polícia Militar Rodoviária;

- Ações educativas: trabalho de conscientização na região lindeira, com realização de palestras e divulgação de material educativo para prevenção de acidentes de trânsito provocados pelo consumo de álcool.

Ao longo de 2012 foram distribuídos um total de 205.000 folhetos (material informativo) nas praças de pedágio e nas ações educativas, além da execução de palestras e seminários.

Este programa também contempla a distribuição de bafômetros descartáveis. Neste ano foram distribuídos 1.000 bafômetros aos clientes do Sistema Castello-Raposo.

- Projeto Cinto de Segurança: o uso do cinto de segurança, de acordo com o artigo nº 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório para todos os ocupantes de veículos, em todas as vias do território nacional. A partir dessa necessidade e com o objetivo de minimizar a gravidade dos acidentes, a CCR ViaOeste desenvolve ações onde são veiculadas mensagens educativas sobre a correta utilização do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. Em 2012 foram distribuídos 190.000 folhetos.
- Projeto Neblina: esse projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados na rodovia quando há formação de neblina. A ação se dá por meio da distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágio, faixas instaladas ao longo das rodovias e veiculação de mensagens nos painéis móveis, ocorrendo formação de “comboios” com apoio da Polícia Militar Rodoviária sempre que necessário. No decorrer de 2012 distribuímos 55.000 folhetos educativos.
- Projeto Queimada: este projeto vem sendo desenvolvido pela CCR ViaOeste desde 1999, entre os meses de junho e agosto, onde eventos envolvendo incêndio nas matas localizadas nas proximidades das rodovias crescem sensivelmente por ocasião do período de seca, gerando riscos de acidentes nas rodovias. Nesse projeto há distribuição de material educativo e orientação quanto aos cuidados para não provocar um foco de incêndio. Foram distribuídos 55.000 folhetos em 2012.
- Pedala Certo: voltado aos ciclistas, em decorrência do aumento desse meio de transporte nas rodovias, principalmente nas marginais leste/oeste da Rodovia Presidente Castello Branco. Suas principais atividades são abordagem e distribuição de informativo, como também, distribuição de adesivo refletivo. Neste ano, foram efetuadas 323 abordagens diretas aos ciclistas.
- Projeto Motociclista: campanha educativa que visa conscientizar os motociclistas sobre as questões de como manter uma direção responsável e segura (defensiva), quer estejam na cidade, quer estejam nas rodovias. A CCR ViaOeste realiza campanha educativa com distribuição de folhetos e implantação de faixas informativas. No ano de 2012, mais de 7.800 motociclistas foram orientados.
- Projeto Pirlampo: com a realização desta ação, a CCR ViaOeste busca conscientizar os caminhoneiros sobre a importância de executar a manutenção das lâmpadas traseiras dos caminhões minimizando, deste modo, os riscos de acidentes, principalmente no período da noite. Foram realizadas 09 ações nos postos de serviço em 2012, com 2.640 caminhoneiros abordados e 283 trocas de lâmpadas.

- Projeto Travessia Segura: essa ação está voltada para todos os pedestres que moram ou circulam nas proximidades do Sistema Castello-Raposo. Essa ação acontece por meio da distribuição de panfletos impressos com dicas de segurança para pedestres, informando sobre como circular e atravessar as rodovias com segurança. Estes folhetos são distribuídos em pontos específicos, por instrutores e colaboradores da CCR ViaOeste. No ano, foram orientados 1.850 pedestres.
- Pista Molhada: visa orientar como o condutor de veículos deve se comportar sobre o piso molhado e os cuidados que deve ter na manutenção do seu veículo. No ano, foram distribuídos 60.000 mil folhetos nas praças de pedágios.
- Uso Correto do Acostamento: seu principal foco é conscientizar e orientar os motoristas quanto ao uso correto do acostamento. No ano, foram distribuídos 75.000 informativos nas praças de pedágios.
- Pipa: conscientização sobre os perigos de soltar pipa nas proximidades da rodovia. Foram orientados 600 praticantes desta atividade, nos locais de maior incidência.
- Animais: orientação aos proprietários de áreas no entorno da rodovia sobre a importância de manter as cercas sempre em perfeito estado, evitando que seus animais fujam causando acidentes na rodovia. Neste ano, 70 proprietários foram orientados.
- Mantenha-se a Direita: orientação ao motorista de veículos pesados a utilizarem as faixas da direita, com objetivo de reduzir o número de acidentes, principalmente colisão traseira. Foram distribuídos 74.000 folhetos em 2012.
- Pane Seca: orientação aos motoristas sobre a importância de verificarem a existência de combustível suficiente para chegarem ao local de destino. Neste ano foram distribuídos 75.000 folhetos.

## **10 Investimentos**

A CCR ViaOeste já investiu cerca de R\$ 2,8 bilhões na infraestrutura rodoviária, em valores atualizados, desde 1998 nas rodovias do Sistema Castello-Raposo (os valores apontados no próximo gráfico são históricos).

Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos desde o início da concessão, destacam-se:

- Marginais da Rodovia Presidente Castello-Branco (SP-280): foram construídos 20 km de rodovia, com quatro faixas e pavimento em concreto;
- Melhorias na Rodovia Presidente Castello-Branco (SP-280): foram implantadas passarelas, executados recapeamentos, sinalizações, prevenção contra animais nas pistas, colocação de painéis de mensagens variáveis, radares, etc.;
- Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Sorocaba: foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 24 km na região de Sorocaba e Araçoiaba da Serra;
- Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Cotia: foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 12 km na região de Cotia;

- Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP-075): foram realizadas obras de recuperação de pontes e viadutos, recapeamentos, sinalizações, etc.;
- Rodovia Dr. Celso Charuri (SP-091): foram construídos 6 km de rodovia em pista dupla, que interligou a Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) com a Raposo Tavares (SP-270). Esse trecho permitiu que veículos trafegassem entre as duas rodovias, contornando a cidade de Sorocaba e desafogando o tráfego urbano;
- Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - Contornos de São Roque e de Brigadeiro Tobias: iniciados no ano de 2006, a construção de 6,3 km de via, com 9 viadutos, 1 túnel e 1 passarela, permite melhor qualidade de vida e segurança para a população da região e usuários da rodovia;
- Projeto Cebolão - Rodovia Castello Branco (SP-280): construção de mais uma ponte sobre o Rio Pinheiros, com adequação das faixas de acesso à Marginal Tietê, além da completa reformulação do trevo de Jandira e Itapevi e a reconfiguração das praças de pedágio dos km 18, 20 e 33, com redução das tarifas de pedágio de até 57%;
- Revitalização do pavimento da Marginal Castello-Branco (SP-280): recuperação de 23 km de pavimento rígido de concreto das Marginais da Castello-Branco. Esse investimento proporciona maior conforto e segurança aos usuários;
- Outros: frota de 78 veículos operacionais; 26 painéis de mensagens variáveis, sendo 22 fixos e 4 móveis; 74 câmeras de vídeo para monitoração de tráfego; 150 câmeras de segurança das praças; 338 câmeras para controle de evasão de pedágio; 295 telefones de emergência; 250 km de cabos de fibra óptica em rodovia e um centro de controle operacional que monitora as rodovias 24 horas por dia.



As principais obras de 2012, um ano com intenso volume de investimentos, foram:

- Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - marginais trecho Sorocaba: obras de implantação de vias marginais no trecho duplicado na região de Sorocaba, na Rodovia Raposo Tavares. Essas vias possibilitarão a fluidez do tráfego urbano, sem causar interferência e riscos de acidentes na via principal;
- Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - implantação de 4ª faixa: foram realizadas obras para construção de faixa adicional entre o km 25+100 e o km 26+200, sentido Capital;
- Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - recapeamento: execução de operação de recomposição do pavimento, correções de depressões, selagens de trincas, reparos superficiais e profundos entre o km 13+000 e km 79+380, sentido Leste e Oeste;
- Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - recapeamento: obras de recomposição do pavimento, entre o km 34+000 e o km 45+200, no sentido Leste/Oeste;
- Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - implantação de passarela: implantação de passarela no km 29+500 proporcionando travessia segura aos pedestres;
- Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - dispositivo de retorno: remodelação do dispositivo de retorno no km 35+500, possibilitando aos usuários que estão no sentido capital, retornar ao interior.

## 11 Comunicação com o Usuário

A CCR ViaOeste ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação abertos, especialmente, para esta finalidade. São eles:

- 0800 701 5555: chamadas gratuitas para nossa central de atendimento (via telefone ou *call box*), que atende 24 horas por dia, 7 dias por semana. Atendimento aos usuários que necessitam de informações sobre a CCR ViaOeste, nossas rodovias, bem como aberto para dúvidas, reclamações e sugestões;

Em 2012 tivemos um média mensal de 649.056 ligações totais (média mensal de 54.088 ligações), sendo 150.370 atendidas diretamente por nossos colaboradores e 498.686 atendidas pela URA (Unidade de Resposta Audível) com informações de tráfego das nossas rodovias;

- Internet: “Fale Conosco”, por meio do site [www.viaoeste.com.br](http://www.viaoeste.com.br). Em 2012 demos tratamento a 649 manifestações via fale conosco (média mensal 54);
- Casa do Usuário: postos de atendimento, localizados em pontos estratégicos para conforto de nossos usuários e, tais como km 24 da Rodovia Castello-Branco (sentido interior-capital), km 34+200 da Rodovia Raposo Tavares (sentido capital-interior) e km 8,5 da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (sentido Sorocaba). A Casa do Usuário é equipada com toaletes, fraldários e mapas informativos. No ano de 2012 atendemos 336.252 usuários nas Casas.
- Ouvidoria: importante canal de comunicação entre o usuário e a Diretoria da Concessionária, que de acordo com as manifestações que possui, gera importante ferramenta de gestão para diversas áreas, sobretudo operacionais. Por meio deste canal, o usuário pode registrar suas manifestações e receber a resposta no prazo máximo de três dias.

- Telefones de emergência (*call box*): 295 instalados ao longo das rodovias Presidente Castello-Branco (SP 280), Celso Charuri (SP 091), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Raposo Tavares (SP 270). Em 2012, o 0800 registrou 14.099 chamados feitos por este canal.

## **12 Considerações Finais**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

## **13 Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

## **14 Agradecimentos**

A Administração da CCR ViaOeste agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos Usuários, Fornecedores e Instituições Financeiras. À nossa equipe de Colaboradores, nosso muito obrigado pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Araçariguama, 27 de fevereiro de 2013

A Administração



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.  
Araçariçuama - SP

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


### *Auditoria das demonstrações financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011*

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 3, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	(Reapresentado)			PASSIVO	Nota explicativa	(Reapresentado)		
		31/12/12	31/12/11	01/01/11			31/12/12	31/12/11	01/01/11
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	6	19.802	12.950	13.199	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	798	1.317	31.479
Contas a receber	7	1.676	1.512	1.513	Debêntures	14	181.668	202.883	128.396
Contas a receber - partes relacionadas	10	41.861	40.129	34.063	Fornecedores	15	17.757	21.094	22.038
Impostos a recuperar		3.067	1.898	1.843	Fornecedores - partes relacionadas	10	2.585	2.127	486
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	3.297	3.297	3.297	Contas a pagar - partes relacionadas	10	17	8	75
Despesas antecipadas		2.764	2.638	3.203	Impostos e contribuições a recolher	16a	31.294	16.080	12.379
Outros créditos		685	1.036	1.895	Obrigações sociais e trabalhistas		9.402	7.669	7.654
Total do ativo circulante		<u>73.152</u>	<u>63.460</u>	<u>59.013</u>	Impostos e contribuições parcelados	16b	6.147	5.734	4.680
					Provisão de manutenção	19	18.240	11.572	9.318
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Obrigações com o poder concedente	25b	2.092	2.062	1.816
Realizável a longo prazo					Outras contas a pagar		6.894	8.054	6.952
Depósitos judiciais		1.745	1.537	1.073	Total do passivo circulante		<u>276.894</u>	<u>278.600</u>	<u>225.273</u>
Despesa antecipada de outorga fixa	9	82.336	65.765	50.615	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Despesa antecipada relacionada à concessão	9	29.673	32.970	36.267	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	548	805	1.709
Outros créditos		105	99	95	Debêntures	14	679.845	544.203	574.195
		113.859	100.371	88.050	Impostos e contribuições parcelados	16.b	55.213	57.472	55.776
Imobilizado	11	66.812	53.486	55.714	Adiantamento para futuro aumento de capital		1.724	1.724	1.724
Intangível	12	<u>1.085.559</u>	<u>1.153.158</u>	<u>1.137.139</u>	Impostos diferidos	8.b	61.056	50.252	41.971
Total do ativo não circulante		1.266.230	1.307.015	1.280.903	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	17	2.338	2.181	820
					Provisão de manutenção	19	14.079	17.832	19.768
					Obrigações com o poder concedente - obras a executar	25.d	6.862	8.822	8.713
					Outras contas a pagar		1.334	1.642	1.966
					Total do passivo não circulante		<u>822.999</u>	<u>684.933</u>	<u>706.642</u>
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
					Capital social	20.a	139.763	139.763	139.763
					Reservas de capital	20.c	2.677	2.677	2.677
					Reservas de lucros	20.b	97.049	139.502	139.763
					Dividendo adicional proposto		-	125.000	125.798
					Total do patrimônio líquido		239.489	406.942	408.001
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.339.382</u>	<u>1.370.475</u>	<u>1.339.916</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.339.382</u>	<u>1.370.475</u>	<u>1.339.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2012	2011 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	<u>777.249</u>	<u>774.933</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo de construção		(28.575)	(83.970)
Provisão de manutenção	19	(11.476)	(7.793)
Depreciação e amortização		(70.663)	(59.118)
Custo da outorga		(62.738)	(58.946)
Serviços		(46.435)	(46.425)
Custo com pessoal		(33.015)	(31.332)
Materiais, equipamentos e veículos		(7.646)	(8.881)
Outros		<u>(14.507)</u>	<u>(14.207)</u>
		(275.055)	(310.672)
LUCRO BRUTO		<u>502.194</u>	<u>464.261</u>
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Despesas com pessoal		(12.686)	(15.678)
Serviços		(33.684)	(24.735)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.007)	(1.152)
Depreciação e amortização		(14.361)	(12.961)
Outros		<u>(11.805)</u>	<u>(11.871)</u>
		(73.543)	(66.397)
Outras despesas financeiras		(179)	(1.338)
Outras receitas financeiras		963	739
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		<u>429.435</u>	<u>397.265</u>
Despesas financeiras	22	(89.343)	(110.634)
Receitas financeiras	22	8.418	6.920
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>348.510</u>	<u>293.551</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8.a	(106.609)	(91.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.a	(10.805)	(8.281)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>231.096</u>	<u>193.941</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO			
Ordinárias	20.d	<u>0,0157</u>	<u>0,0132</u>
Preferenciais	20.d	<u>0,0173</u>	<u>0,0145</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO PERÍODO (EM UNIDADES)			
Ordinárias		<u>6.988.146.121</u>	
Preferenciais		<u>6.988.146.121</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	231.096	193.941
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>231.096</u>	<u>193.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Ágio na incorporação	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011		139.763	2.642	35	27.953	111.810	125.798	-	408.001
Distribuição de dividendos em 28 de fevereiro de 2011		-	-	-	-	(14.202)	(125.798)	-	(140.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	193.941	193.941
Destinações:									
Dividendos intermediários em 30 de agosto de 2011		-	-	-	-	-	-	(55.000)	(55.000)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	125.000	(125.000)	-
Reserva de retenção de lucros	20.b	-	-	-	-	13.941	-	(13.941)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		139.763	2.642	35	27.953	111.549	125.000	-	406.942
Distribuição de dividendos em 31 de maio de 2012		-	-	-	-	(111.549)	(125.000)	-	(236.549)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	231.096	231.096
Destinações:									
Dividendos intermediários em 29 de outubro de 2012	20.e	-	-	-	-	-	-	(162.000)	(162.000)
Reserva de retenção de lucros	20.b	-	-	-	-	69.096	-	(69.096)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>139.763</u>	<u>2.642</u>	<u>35</u>	<u>27.953</u>	<u>69.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>239.489</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	231.096	193.941
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.805	8.281
Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297
Depreciação e amortização	72.713	60.656
Baixa do ativo imobilizado	72	29
Baixa do ativo intangível	734	1.268
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	12.311	11.423
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	783
Juros sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	78.747	91.621
Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	4.108	13.876
Capitalização de custo de empréstimos	(3.488)	(8.317)
Constituição da provisão de manutenção	11.476	7.793
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.703	4.519
Constituição e reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.074	3.974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17)	(142)
Juros sobre impostos parcelados	4.275	6.101
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(147)	143
Contas a receber - partes relacionadas	(1.732)	(6.066)
Impostos a recuperar	(1.169)	(55)
Despesas antecipadas outorga fixa	(16.571)	(15.150)
Despesas antecipadas e outras	11	956
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(3.337)	(944)
Fornecedores - partes relacionadas	458	1.641
Contas a pagar - partes relacionadas	9	(67)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.733	15
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	99.336	350
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(90.243)	-
Liquidação de contingências	(917)	(2.613)
Obrigações com o poder concedente	(1.930)	(428)
Realização da provisão de manutenção	(12.264)	(11.994)
Outras contas a pagar	(1.469)	778
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>402.674</u>	<u>365.669</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(25.180)	(6.407)
Aquisição ao ativo intangível	(2.888)	(72.443)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(28.068)</u>	<u>(78.850)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(398.549)	(195.000)
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil:		
Captações	773.663	149.540
Pagamentos de principal	(663.892)	(157.352)
Pagamentos de juros	(78.976)	(84.256)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(367.754)</u>	<u>(287.068)</u>
<b>AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>6.852</u>	<u>(249)</u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	12.950	13.199
No final do exercício	<u>19.802</u>	<u>12.950</u>
	<u>6.852</u>	<u>(249)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RECEITAS</b>			
Receita de pedágio	21	807.723	746.840
Receita de construção	21	28.575	83.970
Receitas acessórias	21	11.644	9.233
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		17	142
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Custo de construção		(28.575)	(83.970)
Provisão de manutenção		(11.476)	(7.793)
Custos dos serviços prestados		(66.579)	(68.619)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(46.099)	(37.322)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<u>695.230</u>	<u>642.481</u>
<b>DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>		(85.024)	(72.079)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA</b>		<u>610.206</u>	<u>570.402</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	22	8.418	6.920
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u>618.624</u>	<u>577.322</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>EMPREGADOS</b>			
Remuneração direta		27.676	29.168
Benefícios		9.813	9.561
FGTS		1.532	1.552
Outras		818	1.032
<b>TRIBUTOS</b>			
Federais		154.421	133.350
Estaduais		117	120
Municipais		40.920	37.742
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>			
Juros		88.133	110.191
Aluguéis		1.360	1.719
Outorga		62.738	58.946
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>			
Dividendos	20.e	162.000	55.000
Lucros retidos do exercício		<u>69.096</u>	<u>138.941</u>
		<u>618.624</u>	<u>577.322</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.  
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Rua São João, nº 30, bairro Centro na cidade de Araçariquama, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº. 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

Contornos alternativos de São Roque e Brigadeiro Tobias

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro do ano de 2006 à agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

Já o contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

#### Projeto Cebolão

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou o trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

#### Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia. Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo:

- 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009.
- 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010.
- 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011.
- 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013.

A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, está prevista para 2014.

#### Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos dentro do imobilizado e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito da concessão

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item p.

i) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 18.a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 18.b.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.



m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente sob o entendimento de que o contrato de concessão é um contrato executório. No contrato de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

s) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

t) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)
(a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010;		
(b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;		
(c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e		
(d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.		

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente a IFRS 11).
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19, revisada).
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10).
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12).
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 27 de fevereiro de 2013 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

#### Reclassificações

No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos algumas reclassificações, as quais estão demonstradas a seguir. Também estão demonstradas as reclassificações do saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2011, e que apresentamos na nota explicativa 8.b.

	31/12/11		
	<u>Emitido anteriormente</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita operacional líquida	774.933		774.933
Custos dos serviços prestados	<u>(310.672)</u>		<u>(310.672)</u>
Lucro bruto	464.261		464.261
Despesas gerais e administrativas	(54.975)		(66.397)
Depreciação e amortização	(1.539)	(11.422)	(12.961)
Outras despesas operacionais	(12.760)	11.422	(1.338)
Outras receitas operacionais	<u>739</u>		<u>739</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	397.265		397.265
Despesas financeiras	(110.634)		(110.634)
Receitas financeiras	<u>6.920</u>		<u>6.920</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	293.551		293.551
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(91.329)		(91.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>(8.281)</u>		<u>(8.281)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>193.941</u>		<u>193.941</u>

	31/12/11		
	<u>Emitido anteriormente</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Ativos</b>			
Ativo circulante	63.460	-	63.460
Ativo não circulante	1.367.698	(60.683)	1.307.015
Impostos diferidos	<u>60.683</u>	<u>(60.683)</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>1.431.158</u>	<u>(60.683)</u>	<u>1.370.475</u>
<b>Passivo</b>			
Passivo circulante	278.600	-	278.600
Impostos e contribuições a recolher	7.942	8.138	16.080
Imposto de renda e contribuição social	8.138	(8.138)	-
Passivo não circulante	745.616	(60.683)	684.933
Impostos diferidos	110.935	(60.683)	50.252
Patrimônio líquido	<u>406.942</u>	<u>-</u>	<u>406.942</u>
Total do passivo	<u>1.431.158</u>	<u>(60.683)</u>	<u>1.370.475</u>

	01/01/11		
	<u>Emitido anteriormente</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Ativos</b>			
Ativo circulante	59.013	-	59.013
Ativo não circulante	1.339.583	(58.680)	1.280.903
Impostos diferidos	<u>58.680</u>	<u>(58.680)</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>1.398.596</u>	<u>(58.680)</u>	<u>1.339.916</u>

	01/01/11		
	Emitido anteriormente	Reclassificações	Reapresentado
Passivo			
Passivo circulante	225.273	-	225.273
Impostos e contribuições a recolher	6.802	5.577	12.379
Imposto de renda e contribuição social	5.577	(5.577)	-
Passivo não circulante	765.322	(58.680)	706.642
Impostos diferidos	100.651	(58.680)	41.971
Patrimônio líquido	<u>408.001</u>	<u>-</u>	<u>408.001</u>
Total do passivo	<u>1.398.596</u>	<u>(58.680)</u>	<u>1.339.916</u>

Para melhor apresentação dos valores das despesas operacionais, foi reclassificada na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 11.422, da linha “Outras despesas operacionais” para “Depreciação e amortização” de Despesas gerais e administrativas.

O valor do imposto de renda diferido ativo e passivo é apresentado pelo valor líquido, em razão de a Companhia ter o direito legal de compensar o ativo fiscal contra um passivo fiscal que se relacionarem com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

O valor do “Imposto de renda e contribuição social” foi adicionado aos “Impostos e contribuições a recolher” no passivo circulante. Para fins de comparabilidade foram reclassificados os valores do ativo fiscal diferido para apresentação líquida no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível (ICPC01 (R1)/IFRIC 12)

7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

8b - Impostos diferidos

11 - Depreciação do ativo imobilizado

12 - Amortização do ativo intangível

17 - Provisão para contingências

18 - Classificação de arrendamento mercantil

19 - Provisão de manutenção

23 - Instrumentos financeiros

#### 4. DETERMINAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BOVESPA e Bloomberg).

#### 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito.
- b) Risco de taxas de juros e inflação.
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.



Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos e financiamentos em reais, (2) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Empréstimos e financiamentos	<u>540</u>	<u>276</u>	<u>530</u>	<u>-</u>
Debêntures	<u>-</u>	<u>110.083</u>	<u>754.789</u>	<u>-</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.152	2.378
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento de renda fixa	<u>16.650</u>	<u>10.572</u>
	<u>19.802</u>	<u>12.950</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em média à taxa de 99,03% do CDI, equivalente a 8,31% ao ano (8,84% em média ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7. CONTAS A RECEBER

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Receitas acessórias	490	437
Pedágio eletrônico	1.259	1.159
Outros	<u>1</u>	<u>7</u>
	1.750	1.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(74)</u>	<u>(91)</u>
	<u>1.676</u>	<u>1.512</u>
Não circulante		
Poder Concedente (b)	-	24.292
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>-</u>	<u>(24.292)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos a vencer	1.528	1.441
Créditos vencidos até 60 dias	138	69
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	10	2
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	33	2
Créditos vencidos de 180 a 360 dias	31	-
Créditos em atraso há mais de 360 dias	<u>10</u>	<u>89</u>
	<u>1.750</u>	<u>1.603</u>

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, com base no histórico de perda da Companhia.

- b) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à Companhia é remoto. O valor foi baixado contra a provisão em 2012.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	348.510	293.551
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(118.493)	(99.807)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais	-	(743)
Despesas com brindes e associações de classe	(1.158)	(195)
Despesas indedutíveis	(103)	(40)
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.891	2.399
Outros ajustes tributários	<u>(551)</u>	<u>(1.224)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(117.414)</u>	<u>(99.610)</u>
Impostos correntes	(106.609)	(91.329)
Impostos diferidos	<u>(10.805)</u>	<u>(8.281)</u>
	<u>(117.414)</u>	<u>(99.610)</u>
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>01/01/11</u>
Bases ativas:			
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	24.424	20.332	17.840
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (b)	18.352	18.817	20.124
Provisão de manutenção (c)	10.989	9.997	9.890
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	8.290	8.338
Custo de transação na emissão de títulos	188	787	699
Provisão para contingências	795	742	279
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	271	686	625
Provisão para participação nos resultados (PLR)	656	645	669
Outros	<u>675</u>	<u>387</u>	<u>216</u>
	<u>56.375</u>	<u>60.683</u>	<u>58.680</u>
Bases passivas:			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(85.114)	(79.374)	(72.088)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.746)	(18.900)	(17.048)
Amortização linear do Direito da Concessão - ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.779)	(12.232)	(11.383)
Outros	<u>(792)</u>	<u>(429)</u>	<u>(132)</u>
	<u>(117.431)</u>	<u>(110.935)</u>	<u>(100.651)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(61.056)</u>	<u>(50.252)</u>	<u>(41.971)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei 11.638/07.
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei 11.638/07.
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "b", conforme práticas contábeis - Lei 11.638/07.
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei 11.638/07.
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis - Lei 11.638/07.
- (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

## 9. PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante	3.297	3.297		
Não circulante	29.673	32.970	82.336	65.765

- (1) Pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia, a qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

## 10. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chaves e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos		
	<u>Receitas</u>	<u>Serviços Prestados</u>	<u>Ativo Contas a receber</u>	<u>Passivo Fornecedores</u>	<u>Contas a pagar</u>
Controladora-					
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	12.461	-	1.096	-
Outras partes relacionadas:					
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	-	8.717	41.755	-	-
Barcas S.A. (e)	-	-	106	-	-
Samm - Fibra Optica (d)	2.273	-	-	405	-
CPC - Divisão Engelog (b)	-	13.681	-	1.084	-
Controladoras-					
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	-	-	-	-	17
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>2.273</u>	<u>34.859</u>	<u>41.861</u>	<u>2.585</u>	<u>17</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>26.335</u>	<u>40.129</u>	<u>2.127</u>	<u>8</u>

O saldo abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chaves:

<u>Profissionais chaves</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração dos administradores (f)	2.669	1.806
(a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.		
(b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia.		
(c) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, e aos valores de tarifas de pedágio eletrônico os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.		
(d) Refere-se a serviços de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas.		
(e) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.		
(f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.		

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.176	1.077
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	2.571	2.294
Previdência privada	30	29
Seguro de vida	<u>5</u>	<u>4</u>
	<u>3.782</u>	<u>3.404</u>

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi fixada a remuneração dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$3.700.

O valor efetivamente pago relativo à remuneração da administração será aprovado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

## 11. ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.924	(1.909)	2.015	3.641	(1.593)	2.048
Máquinas e equipamentos	13	33.896	(17.546)	16.350	28.409	(14.820)	13.589
Veículos	21	10.146	(6.072)	4.074	9.469	(5.032)	4.437
Instalações e edificações	5	2.130	(1.952)	178	2.130	(1.916)	214
Sistemas operacionais	17	75.929	(39.792)	36.137	45.182	(34.161)	11.021
Imobilizado em andamento	-	<u>8.058</u>	<u>-</u>	<u>8.058</u>	<u>22.177</u>	<u>-</u>	<u>22.177</u>
		<u>134.083</u>	<u>(67.271)</u>	<u>66.812</u>	<u>111.008</u>	<u>(57.522)</u>	<u>53.486</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo de concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

### Movimentação do custo

	2011	2012			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Móveis e utensílios	3.641	22	(61)	322	3.924
Máquinas e equipamentos	28.409	3	(247)	5.731	33.896
Veículos	9.469	1	(6)	681	10.145
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	45.182	-	(51)	30.798	75.929
Imobilizado em andamento	<u>22.177</u>	<u>26.884</u>	<u>-</u>	<u>(41.003)</u>	<u>8.058</u>
	<u>111.008</u>	<u>26.910</u>	<u>(365)</u>	<u>(3.471)</u>	<u>134.082</u>

	2010	2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Móveis e utensílios	3.283	-	(18)	376	3.641
Máquinas e equipamentos	19.672	2	(439)	9.174	28.409
Veículos	7.088	-	(146)	2.527	9.469
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	38.183	-	(386)	7.385	45.182
Imobilizado em andamento	<u>36.942</u>	<u>10.033</u>	<u>-</u>	<u>(24.798)</u>	<u>22.177</u>
	<u>107.298</u>	<u>10.035</u>	<u>(989)</u>	<u>(5.336)</u>	<u>111.008</u>

(\*) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.730 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.628 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Movimentação da depreciação

	2011			2012	
	<u>Depreciação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Depreciação</u>
Móveis e utensílios	(1.593)	(359)	43		(1.909)
Máquinas e equipamentos	(14.820)	(2.926)	197	3	(17.546)
Veículos	(5.032)	(1.045)	5		(6.072)
Instalações e edificações	(1.916)	(36)			(1.952)
Sistemas operacionais	<u>(34.161)</u>	<u>(5.676)</u>	<u>48</u>	<u>(3)</u>	<u>(39.792)</u>
	<u>(57.522)</u>	<u>(10.042)</u>	<u>293</u>	<u>-</u>	<u>(67.271)</u>

	2010		2011		
	<u>Depreciação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Depreciação</u>
Móveis e utensílios	(1.262)	(343)	14	(2)	(1.593)
Máquinas e equipamentos	(13.047)	(2.209)	433	3	(14.820)
Veículos	(3.968)	(1.208)	144	-	(5.032)
Instalações e edificações	(1.878)	(38)	-	-	(1.916)
Sistemas operacionais	<u>(31.429)</u>	<u>(3.098)</u>	<u>369</u>	<u>(3)</u>	<u>(34.161)</u>
	<u>(51.584)</u>	<u>(6.896)</u>	<u>960</u>	<u>(2)</u>	<u>(57.522)</u>

(\*) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Taxa anual de amortização - %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	1.216.288	(311.928)	904.360	1.211.826
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.532	(4.984)	4.548	6.927	(4.131)	2.796
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	21	1.352	(904)	448	1.322	(665)	657
Direito da Concessão - ágio (a)	(*)	<u>251.709</u>	<u>(75.506)</u>	<u>176.203</u>	<u>251.709</u>	<u>(63.195)</u>	<u>188.514</u>
		<u>1.478.881</u>	<u>(393.322)</u>	<u>1.085.559</u>	<u>1.471.784</u>	<u>(318.626)</u>	<u>1.153.158</u>

Movimentação do custo

	2011			2012		
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (b)</u>	<u>Ressarcimento de obras (**)</u>	<u>Custo</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	1.211.826	27.658	(1.010)	859	(23.045)	1.216.288
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.927	33	(10)	2.582	-	9.532
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	30	-	1.352
Direito da Concessão - ágio (a)	<u>251.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.709</u>
	<u>1.471.784</u>	<u>27.691</u>	<u>(1.020)</u>	<u>3.471</u>	<u>(23.045)</u>	<u>1.478.881</u>



	2010		2011			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (b)	Ressarcimento de obras (**)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura	1.133.650	100.950	(1.690)	2.734	(23.818)	1.211.826
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.325	-	-	2.602	-	6.927
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	-	-	1.322
Direito da Concessão - ágio (a)	<u>251.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.709</u>
	<u>1.391.006</u>	<u>100.950</u>	<u>(1.690)</u>	<u>5.336</u>	<u>(23.818)</u>	<u>1.471.784</u>

### Movimentação da amortização

	2011		2012	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direitos de exploração da infraestrutura	(250.635)	(61.567)	275	(311.927)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.131)	(864)	11	(4.984)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(665)	(240)	-	(905)
Direito da Concessão - ágio (a)	<u>(63.195)</u>	<u>(12.311)</u>	<u>-</u>	<u>(75.506)</u>
	<u>(318.626)</u>	<u>(74.982)</u>	<u>286</u>	<u>(393.322)</u>

	2010		2011		
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências (b)	Amortização
Direitos de exploração da infraestrutura	(198.157)	(52.902)	422	2	(250.635)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.489)	(642)	-	-	(4.131)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(449)	(216)	-	-	(665)
Direito da Concessão - ágio (a)	<u>(51.772)</u>	<u>(11.423)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(63.195)</u>
	<u>(253.867)</u>	<u>(65.183)</u>	<u>422</u>	<u>2</u>	<u>(318.626)</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(\*\*) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Direito da Concessão - ágio: refere-se ao ágio reassumido na reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

(b) O intangível em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.689 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011). A taxa média mensal de capitalização no exercício de 2012 foi de 1,16% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,00% a.m. no exercício de 2011.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS  
MERCANTIS FINANCEIROS

	Taxas contratuais (% a.a.)	Vencimentos	2012	2011	
Em moeda nacional					
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	TJLP + 3%	15 de maio de 2012	-	92	(a)
(1) HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7%	15 de julho de 2013	93	246	(a)
(1) Banco Alfa de Investimentos S.A.	TJLP + 1%	15 de maio de 2015	107	151	(a)
(1) e (3) Banco Alfa de Investimentos S.A.	5,5% a.a.	17 de julho de 2017	530	-	
(2) Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A	CDI + 1,5%	2 de setembro de 2013	447	1.378	(b)
(2) Banco Itaú S.A.	1,23% a.m.	21 de setembro de 2014	<u>169</u>	<u>255</u>	(a)
Total			<u>1.346</u>	<u>2.122</u>	
Total circulante			<u>798</u>	<u>1.317</u>	
Total não circulante			<u>548</u>	<u>805</u>	

Garantias

- (a) Bens financiados.
- (b) Aval do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012
2014	228
2015	135
2016	117
2017	<u>68</u>
	<u>548</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Empréstimos e financiamentos

- (1) Nos financiamentos junto aos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.
- (2) Em 21 de julho de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$ 280, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m.
- (3) Em 29 de outubro de 2012, a Companhia captou R\$ 525 mil através de Finame, com remuneração fixa de juros de 5,50% ao ano, com vencimento em 17 de julho de 2017 e pagamento mensais de juros e principal no respectivo dia 15.

## 14. DEBÊNTURES

	Taxas contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	2012	2011	
Debêntures								
Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	-	Julho de 2015	-	130.015	(c)
Série 2	IGP-M + 7,6%	0,2976% (a)	2.431	-	Julho de 2015	-	105.825	(c)
Série 3	IGP-M + 7,6%	0,2976% (a)	2.431	-	Janeiro de 2015	-	128.028	(c)
Série Única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	-	Dezembro de 2016	-	227.096	(d)
Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (b)	880	240	Fevereiro de 2015	109.843	156.122	(d)
Série Única	108,3% do CDI	0,1718% (b)	3.828	3.119	Maio de 2017	751.670	-	(d)
Total						<u>861.513</u>	<u>747.086</u>	
Debêntures						183.026	204.299	
Custo de transação						(1.358)	(1.416)	
Total circulante						<u>181.668</u>	<u>202.883</u>	
Debêntures						681.846	546.089	
Custo de transação						(2.001)	(1.886)	
Total não circulante						<u>679.845</u>	<u>544.203</u>	

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

### Garantias:

- (c) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (d) Não existem garantias.

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012
2014	219.372
2015	197.772
2016	176.472
2017	<u>88.230</u>
	<u>681.846</u>

- a) Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pago em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2011 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

As principais obrigações e cláusulas restritivas são as seguintes:

- Não realizar até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, novas emissões de debêntures da espécie quirografária, com garantia real ou com garantia fluante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no contrato de concessão.
  - Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 3 e/ou o Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) seja inferior a 1,20.
  - Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,20.
- b) Em 19 de março de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pago da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013.
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Esta emissão não conta com garantias.

Os principais critérios para estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.

- Caso a Companhia, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item.
- Redução do capital social da Companhia sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação.
- Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.

## 15. FORNECEDORES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	10.351	13.655
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	136	114
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>7.270</u>	<u>7.325</u>
	<u>17.757</u>	<u>21.094</u>

(a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E PARCELADOS

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - a recolher

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ e CSLL	24.287	8.138
ISS	3.682	3.734
COFINS	2.125	2.066
IRRF	105	76
PIS, COFINS e CSLL retidos	263	243
PIS	460	448
INSS retido	<u>372</u>	<u>1.375</u>
	<u>31.294</u>	<u>16.080</u>

b) Obrigações fiscais federais parceladas

	2011	2012			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Realização	Transferências	
Circulante-					
Parcelamento Lei nº 11.941	<u>5.734</u>	<u>413</u>	<u>(6.121)</u>	<u>6.121</u>	<u>6.147</u>
Não Circulante-					
Parcelamento Lei nº 11.941	<u>57.472</u>	<u>3.862</u>	<u>-</u>	<u>(6.121)</u>	<u>55.213</u>
	2010	2011			
	Saldo inicial	Adições	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante:					
IRPJ	3.332	230	-	(3.562)	-
CSLL	1.331	90	-	(1.421)	-
INSS	17	1	-	(18)	-
Parcelamento nº Lei 11.941/09	<u>-</u>	<u>275</u>	<u>(3.351)</u>	<u>8.810</u>	<u>5.734</u>
Total	<u>4.680</u>	<u>596</u>	<u>(3.351)</u>	<u>3.809</u>	<u>5.734</u>
Não circulante					
IRPJ	39.709	1.939	-	(41.648)	-
CSLL	15.860	645	-	(16.505)	-
INSS	207	8	-	(215)	-
Parcelamento Lei nº 11.941/09	<u>-</u>	<u>2.913</u>	<u>-</u>	<u>54.559</u>	<u>57.472</u>
Total	<u>55.776</u>	<u>5.505</u>	<u>-</u>	<u>(3.809)</u>	<u>57.472</u>

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A Companhia parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2011	2012		
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Saldo final
Não circulante				
Cíveis	957	817	(824)	950
Trabalhistas	<u>1.224</u>	<u>257</u>	<u>(93)</u>	<u>1.388</u>
	<u>2.181</u>	<u>1.074</u>	<u>(917)</u>	<u>2.338</u>

	2010	2011			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Transferências	Total
Não circulante					
Cíveis	122	2.422	(1.587)	(236)	721
Trabalhistas	<u>698</u>	<u>1.552</u>	<u>(1.026)</u>	<u>236</u>	<u>1.460</u>
Total	<u>820</u>	<u>3.974</u>	<u>(2.613)</u>	<u>-</u>	<u>2.181</u>

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos momentos indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2012	2011
Cíveis-	12.452	25.620
Trabalhistas	<u>3.000</u>	<u>2.027</u>
	<u>15.452</u>	<u>27.647</u>
Fianças	<u>850</u>	<u>2.741</u>
	<u>850</u>	<u>2.741</u>

## 18. ARRENDAMENTO MERCANTIL

### a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2012	2011
Até um ano	856	223
Acima de um ano e até cinco anos	<u>188</u>	<u>-</u>

A Companhia opera com 30 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 826 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2011).

b) Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.820 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado - valor residual

	Taxa média anual de depreciação - %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	21	<u>2.820</u>	<u>(1.195)</u>	<u>1.625</u>	<u>2.726</u>	<u>(537)</u>	<u>2.189</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 131 e R\$ 545 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor nominal		Valor presente	
	2012	2011	2012	2011
Até um ano	601	1.254	549	1.022
Acima de um ano e até cinco anos	<u>78</u>	<u>797</u>	<u>67</u>	<u>611</u>
	<u>679</u>	<u>2.051</u>	<u>616</u>	<u>1.633</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

19. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

	2011	2012			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Total
Circulante	<u>11.572</u>	<u>14.500</u>	<u>4.432</u>	<u>(12.264)</u>	<u>18.240</u>
Não circulante	<u>17.832</u>	<u>(3.024)</u>	<u>(729)</u>	<u>-</u>	<u>14.079</u>



	2010	2011				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Total</u>
Circulante	<u>9.318</u>	<u>9.083</u>	<u>1.395</u>	<u>(11.994)</u>	<u>3.770</u>	<u>11.572</u>
Não circulante	<u>19.768</u>	<u>(1.290)</u>	<u>3.124</u>	<u>-</u>	<u>(3.770)</u>	<u>17.832</u>

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor nominal dos gastos provisionados correspondem a R\$39.268 (R\$36.336 em 31 de dezembro de 2011).

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social é representado por 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

Não houve movimentação das ações durante os exercícios de 2012 e 2011.

### b) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

- Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

### c) Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerador-		
Lucro líquido disponível	231.096	193.941
Denominador:		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,0157	0,0132
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,0173	0,0145

e) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76).

Em 30 de maio de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e foi efetuada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 236.549, correspondente a R\$ 16,119064914 por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias e R\$ 17,730971405 por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais, sendo R\$ 125.000, referente ao pagamento de dividendos adicionais propostos e R\$ 111.549, referente a dividendos intermediários a contra parte de reserva de retenção de lucros.

Em 29 de outubro de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e foi efetuada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 162.000 sobre os lucros apurados no 1º semestre de 2012, correspondente a R\$ 11,039101903 por lote de mil ações e R\$ 12,1430120933 por lote de mil ações preferenciais.

Lucro líquido do exercício	<u>231.096</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	<u>57.774</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>162.000</u>

21. RECEITAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de pedágio	807.723	746.840
Receitas de contratos de construção	28.575	83.970
Receitas acessórias	<u>11.644</u>	<u>9.233</u>
Receita Bruta	847.942	840.043

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos sobre receitas	(70.838)	(65.311)
Devoluções e abatimentos	<u>145</u>	<u>201</u>
Deduções da receita bruta	(70.693)	(65.110)
Receita Líquida	<u>777.249</u>	<u>774.933</u>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(78.747)	(91.621)
Variação monetária sobre debêntures	(4.257)	(14.829)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.703)	(4.519)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.776)	(1.087)
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	-	(783)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(73)	(11)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.488	8.317
Juros sobre impostos parcelados	<u>(4.275)</u>	<u>(6.101)</u>
	<u>(89.343)</u>	<u>(110.634)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.780	5.772
Variação monetária sobre debêntures	149	953
Juros e outras receitas financeiras	<u>2.489</u>	<u>195</u>
	8.418	6.920
Resultado financeiro líquido	<u>(80.925)</u>	<u>(103.714)</u>

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.).

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira das empresas pertencentes ao Grupo CCR, acompanha e informa à administração da CCR e de suas controladas sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	16.650	-	-	10.572	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.676	-	-	1.512	-
Contas a receber partes relacionadas	-	41.861	-	-	40.129	-
<b>Passivos</b>						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(1.346)	-	-	(2.122)
Debêntures	-	-	(861.513)	-	-	(747.086)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.985)	-	-	(30.790)
Fornecedores partes relacionadas	-	-	(2.585)	-	-	(2.127)
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	(17)	-	-	(8)
<b>Total</b>	<u>16.650</u>	<u>43.537</u>	<u>(891.446)</u>	<u>10.572</u>	<u>41.641</u>	<u>(782.133)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras: são definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar: os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;

- Financiamentos: consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos;
- Debêntures: são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	864.872	876.230	750.388	779.492

(\*) Os valores estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BOVESPA mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 16.650 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.572 em 31 de dezembro de 2011).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2013. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	110.083	(7.596)	(9.500)	(11.394)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	754.789	(59.025)	(73.743)	(88.537)

As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI (1)	6,90%	8,63%	10,35%
IGP-M (2)	7,82%	9,77%	11,73%

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (1) Refere-se a taxa de 30/12/2012, divulgada pela CETIP.
- (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade civil - R\$ 51.600.
- Riscos de engenharia - conservação e manutenção - R\$ 31.000.
- Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - R\$ 9.916.
- Riscos patrimoniais/operacionais - R\$ 50.000.
- Perda de receita - R\$ 69.881.
- Veículos: cobertura para danos materiais R\$ 49.000, sendo (R\$ 500 por veículo) e para danos morais R\$ 9.800 sendo (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 213.004, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

## 25. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

### a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	2012	2011	2012	2011
Outorga fixa a pagar	271.271	315.878	239.292	272.230

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de 5% ao ano, compatível com a taxa estimada para a emissão da dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2012 estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2013	52.504	51.140
2014	52.504	48.704
2015	52.504	46.385
2016	52.504	44.176
Após 2016	<u>61.255</u>	<u>48.887</u>
Total	<u>271.271</u>	<u>239.292</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder Concedente das parcelas referentes ao direito de outorga fixa relativas ao período de janeiro a dezembro de 2012 no montante de R\$ 23.045, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo No. 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita mensal bruta, com vencimento até o último dia do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.092 (R\$ 2.062 em 31 de dezembro de 2011)

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 24.567 referente ao direito de outorga variável (R\$ 20.621 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia não efetuou o desembolso em espécie, para honrar os pagamento da parcela da outorga variável, no período compreendido entre janeiro de 2012 até março de 2013, devido autorização previsto pelo Termo Aditivo Modificativo No. 20, que permite parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

c) Compromissos com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 31 de dezembro de 2012, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 520.663 (R\$ 569.071 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo de concessão.

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento de tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

d) Obras a executar

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Não circulante-		
Obrigações Poder Concedente	<u>6.862</u>	<u>8.822</u>

Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.



26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (CONTRIBUIÇÃO DEFINITIVA)

Os montantes reconhecidos como despesas nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definitiva) estão demonstradas abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Plano de previdência privada (contribuição definitiva)	243	296

---

### **Composição do Conselho de Administração**

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigues de Senna	Conselheiro

### **Composição da Diretoria**

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

### **Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3

\* \* \*